

# *Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP)*

- Enicéia Gonçalves Mendes
- [egmendes@ufscar.br](mailto:egmendes@ufscar.br)

**I. POLITICA DE EE NA  
PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO  
INCLUSIVA**

**II. O PROJETO ONEESP**

**III. RESULTADOS**

# I. POLÍTICA DE EE NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

**Censo Escolar de 2013 – 50 MILHOES de estudantes na  
educação básica**

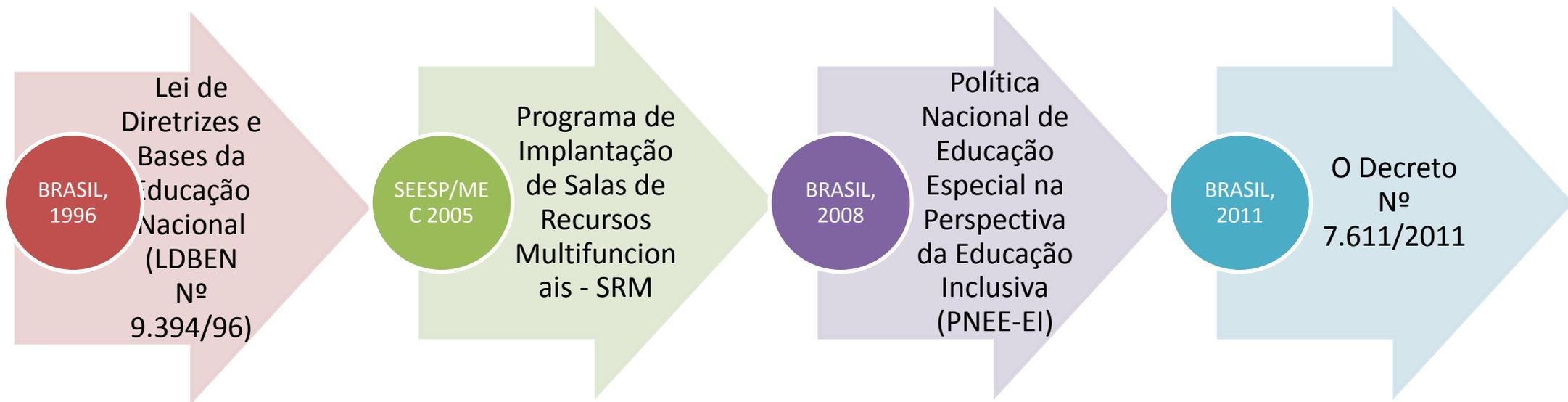
**843.342 matrículas**

**ESTIMATIVA DO PÚBLICO ALVO DA EE**

**2 % a 20% da população escolar**

**1 a 10 MILHÕES DE ESTUDANTES (8,5%- 85%)**

Muitos ainda estão fora de qualquer tipo de escola (170 mil a 9,1 milhões ),  
ou não têm sido identificados pelos sistemas educacionais.



## SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS - SRM

*o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular*

*(BRASIL/SEESP, 2011, Artigo 2º, § 1º)*

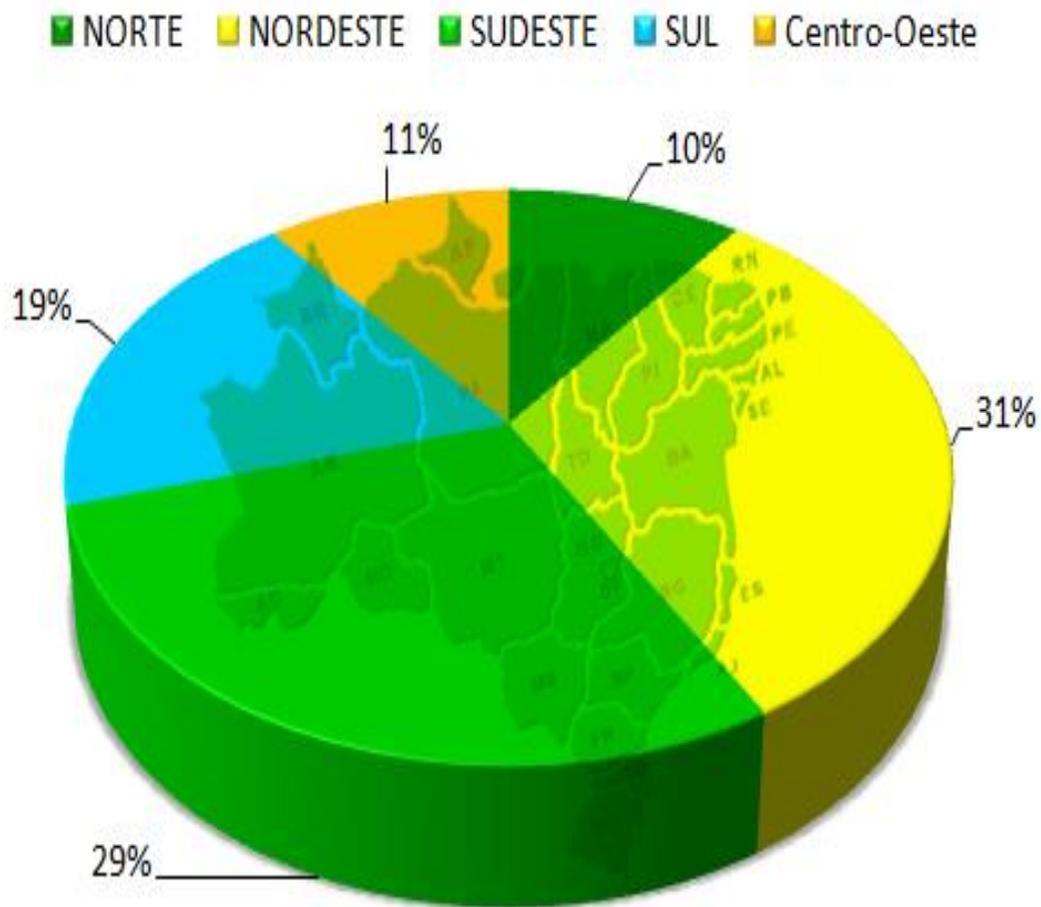
**POLÍTICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:  
CF1988, inciso III, c. III, s. I; Art.208; LDBEN n. 9394/96 c. V § 1 de 1996**

Escolarização principal em tempo integral em **CLASSE COMUM DE ESCOLA REGULAR** (aproximadamente 5 horas diárias/ 5 dias por semana);



**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): COMPLEMENTAR** ou **SUPLEMENTAR-** no **CONTRA-TURNO** da classe comum freqüentada pelo aluno em **SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS (SRM)** ou em CENTRO ESPECIALIZADO.

# AÇÕES DO MEC - EE NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA



**PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SRM : De 2005 a 2011**  
39.301 SRM em escolas públicas e redes locais de Educação  
(Portaria n. 13, de 24 de abril de 2007)

**PROGRAMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DIREITO A DIVERSIDADE**

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

## QUESTÕES POSTAS PARA A COMUNIDADE CIENTÍFICA DA EE BRASILEIRA

1. Há uma política de forte indução do modelo de apoio baseado no AEE na SRM em redes de ensino (municipais)-**Como avaliar se essa política de implementação das SRM nas escolas comuns é de fato o melhor caminho?**
2. **Como produzir conhecimento** para avançar as políticas e práticas de inclusão escolar no país?
3. **Como melhorar a articulação entre o conhecimento** que vem sendo produzido **e as decisões nas políticas educacionais** relacionadas à perspectiva de inclusão escolar?

## II. O PROJETO ONEESP



**ESTUDO EM REDE NACIONAL**

**SOBRE AS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS**

**NAS ESCOLAS COMUNS**

# OBJETIVOS

## ESTUDO INAUGURAL

Conduzir um estudo em rede com professores de SRM baseados na metodologia da pesquisa colaborativa;  
*Survey on line* com uma amostra significativa de professores das SRMs

PRODUZIR CONHECIMENTO E FORMAÇÃO

**25** pesquisadores  
provenientes de

**15** estados brasileiros,  
representantes de

**20** programas de  
pós-graduação de  
universidades públicas



**REDE NACIONAL**

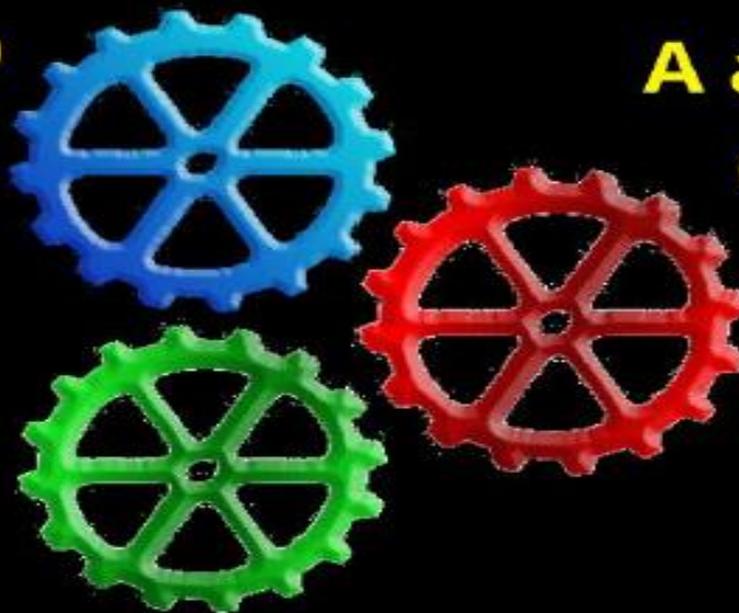
**REDES  
ESTADUAIS**

**REDES  
MUNICIPAIS**

- **REDE NACIONAL** (três pesquisadores por estado),
- **REDE ESTADUAL** (cada pesquisador ou grupo estuda pelo menos um município do estado)
- **REDE MUNICIPAL** (pesquisador e professores de SEM)

## 3 eixos temáticos de interesse

**O Serviço do AEE  
desenvolvido  
nas SRMs**



**A avaliação dos  
estudantes  
com NEEs**

**Formação de Professores  
para a Inclusão Escolar**

# 1º ENCONTRO DO OBSERVATÓRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (1º EONEESP)



Faculdade de Educação  
(FE-USP)  
31 de março a 01 de abril  
de 2011

**PARTICIPANTES: 36**

## OBJETIVO

- Socialização sobre as diferentes realidades
- Constituição da rede estadual e local
- Discussão sobre o projeto-recursos e distribuição

## FASE 1

- Um estudo piloto foi desenvolvido num município do interior de São Paulo para desenvolver instrumentos e procedimentos;
- Condução dos procedimentos éticos

# IIº ENCONTRO DO OBSERVATÓRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL



Faculdade de Educação (FE-USP) em São Paulo  
10 e 11 de junho de 2013

**PARTICIPANTES: 45**

## OBJETIVO

- Metodologia (caracterização dos municípios e pesquisa colaborativa)
- Cronograma do projeto

- **FASE 2- Caracterização das Políticas municipais de Educação inclusiva- entrevistas com gestores, pesquisa de indicadores educacionais, análise de documentos oficiais;**
- **FASE 3 – Pesquisa colaborativa com professores de salas de recursos multifuncionais- grupos focais**

# III º ENCONTRO DO OBSERVATÓRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL



Faculdade de Educação (FE-USP)  
em São Paulo  
15 a 16 de março de 2012

Participantes- 88

## Objetivos

- Socialização dos resultados preliminares (64 trabalhos)- Mesa de Abertura; 12 Sessões Coordenadas de Comunicação Oral, 3 Mesas Redondas
- Planejamento das próximas atividades.

### FASE 4

survey on line nacional  
1.200 professores de SRM

### BD- Indicadores educacionais dos 58 municípios

#### REVISÃO DA LITERATURA- ESTADO DA ARTE (2008- 2010)

- 30 DOCUMENTOS OFICIAIS
- 18 ARTIGOS
- 70 DISSERTAÇÕES E TESES
- 180 TRABALHOS APRESENTADOS EM EM EVENTOS

(transcrições de entrevistas com grupos focais de 58 municípios-  
BD ATUAL Total: 5.000,00 páginas)

•36 entrevistas com gestores transcritas

SURVEY- 1200 PROFESSORES DE SRM

# produção (2 anos e meio de quatro anos)

## **a) FORMAÇÃO (856 pessoas)**

203 PESQUISADORES

217 ESTUDANTES

446 PROFESSORES DE SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

## **B) PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO (302 produtos)**

## **C) FORMAÇÃO DE PESQUISADORES (110)**

22 universidades e 18 programas de pós-graduação

Os estudos foram conduzidos em 56 municípios oriundos de 17 estados brasileiros (Alagoas, Amapá, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, São Paulo, Santa Catarina, Sergipe, Paraíba, Paraná).

## III. RESULTADOS

- A. Problema conceitual na da política de escolarização do PAEE**
- B. AVALIAÇÃO – IDENTIFICAÇÃO e definição da elegibilidade**
- C. AVALIAÇÃO - PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO**
- D. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM do aluno**
- E. FORMAÇÃO DE EDUCADORES**
- F. ORGANIZAÇÃO DO AEE**

## III.A. PROBLEMA CONCEITUAL DA POLÍTICA DE EE

A política do MEC circunscreve a Educação Especial (aluno, professor e recursos) no espaço tempo da **SRM**- que fica sendo o **LÓCUS DE ACOMODAÇÃO DA DIFERENÇA NA ESCOLA** que não precisa mudar.

**“INCLUI”** numa escola que tem um dos piores desempenhos do planeta- e que permanece inalterada

AEE - centrado no aluno com deficiência (e não na reestruturação da escola)

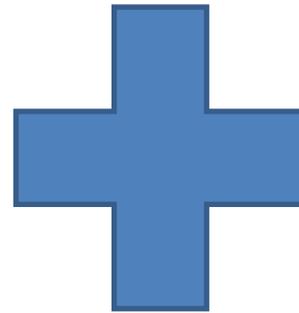
**REFORÇA O MODELO MÉDICO DE DEFICIÊNCIA**

AEE EM CONTRATURNO (preferencialmente em SRM)-  
**Modelo “tamanho único”**

- simplificação
- barateamento
- medida conservadora- escola não muda

# O QUE É NECESSÁRIO PARA A IE

Versão de uma boa escola (bons professores, recursos, adequações curriculares)



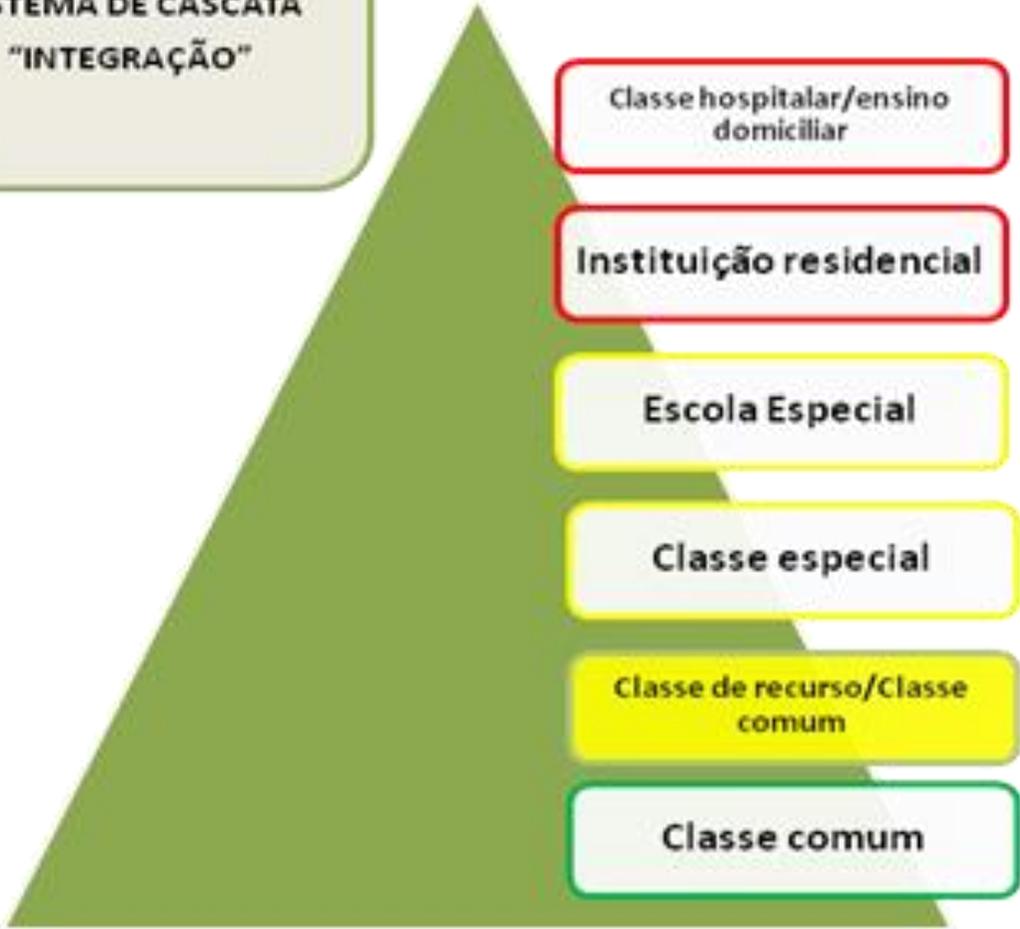
- SERVIÇOS DE APOIO diversificado e de qualidade



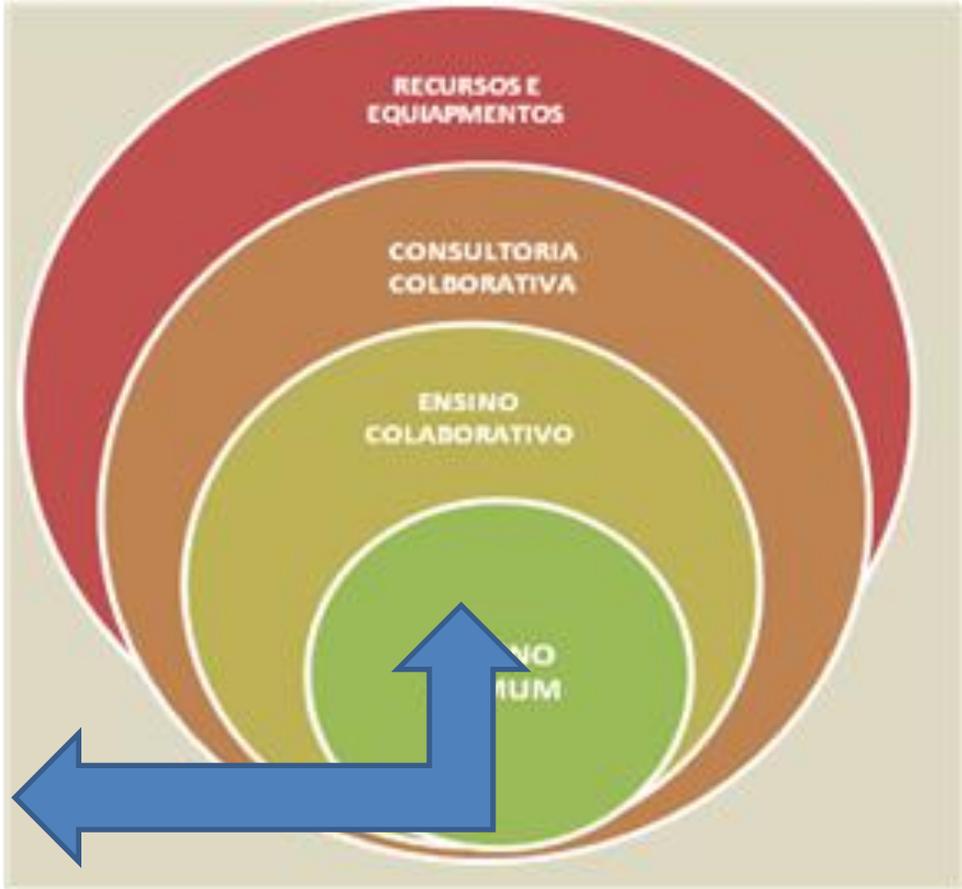
Acesso ao direito à educação

**TIPOS DE APOIOS A ESCOLARIZAÇÃO**

**SISTEMA DE CASCATA  
"INTEGRAÇÃO"**



**Inclusão escolar  
Classe comum**



## III. B. AVALIAÇÃO – IDENTIFICAÇÃO e definição da elegibilidade

### CATEGORIAS OFICIAIS DA PAEE

- DEFICIÊNCIAS (física, surdez/DA, visual, múltiplas)
- TGD- transtornos globais de desenvolvimento
- AH/SD- superdotação/altas habilidades

Politica de discriminação positiva requer identificação para assegurar direitos-

DILEMA DA DIFERENÇA : ROTULAR - NÃO ROTULAR?

# Identificação e Avaliação do PAEE



Avaliação para identificação e elegibilidade dos alunos público-alvo da Educação Especial

(1) o aluno já possui alguma deficiência identificada no nascimento e nos primeiros anos de vida e ingressa na escola já diagnosticado;

(2) ao ingressar na escola a família comunica e/ou identifica previamente

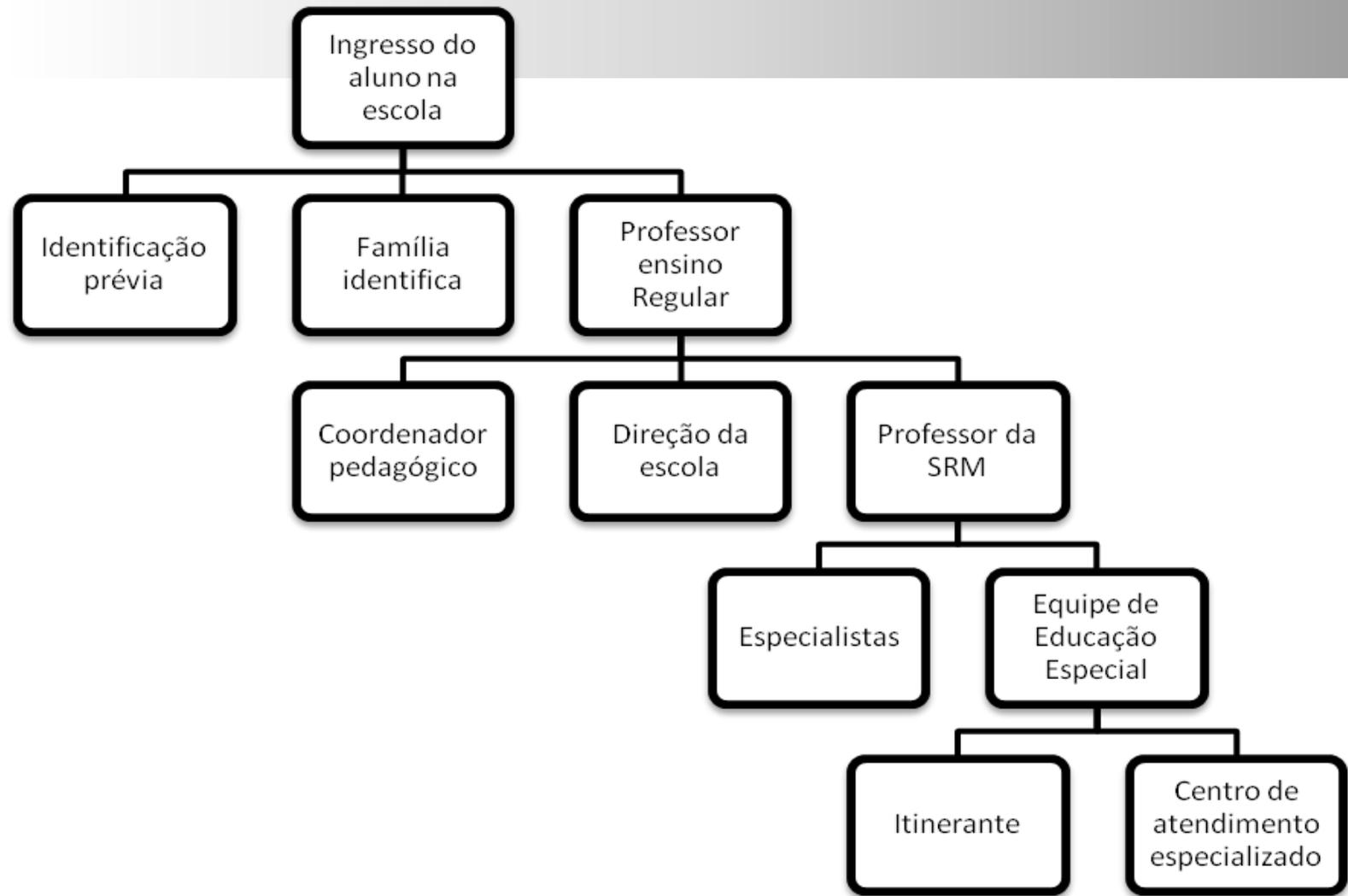
(3) o professor de sala comum observa alguma dificuldade do aluno e encaminha o mesmo para avaliação



# Identificação e Avaliação do PAEE



POSSÍVEIS CAMINHOS DE IDENTIFICAÇÃO



Fonte: Mendes, D’Affonseca, Cia (2015, no prelo)



## IDENTIFICAÇÃO DO ALUNADO/PROCESSO

1. PROCEDIMENTOS DIVERSOS -  
Exigência de laudo por profissionais da saúde x identificação pelos profissionais da escola

2. NA ESCOLA COMUM- Processo de identificação é precário e subjetivo – geralmente compete exclusivamente ao professor de Educação Especial que se diz despreparado para isso.

3. NAS INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS- Terceirização do processo de identificação (TGD e DI) – não garante avaliação devida e ainda há conflito de interesses em relação a política de inclusão escolar

4. NO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE- ausência de serviços , serviços insuficientes , lista de espera , despreparo, falta de articulação

## IDENTIFICAÇÃO DO ALUNADO/CONSEQUENCIAS

1. (In)definição do PAEE - Alunos “laudados” e “não laudados”, “oficiais” e “não oficiais

2. Público ampliado com incorporação de estudantes com dificuldades de aprendizagem e problemas de comportamentos, levando à disparidade de idades.

3. Predomina ausência de setor responsável para a avaliação da identificação: tentativas de interface com as Secretárias de Saúde ou o terceiro setor (instituições especializadas).

4. Dificuldade com o preenchimento de planilhas de alunos identificados para **acessar financiamento**

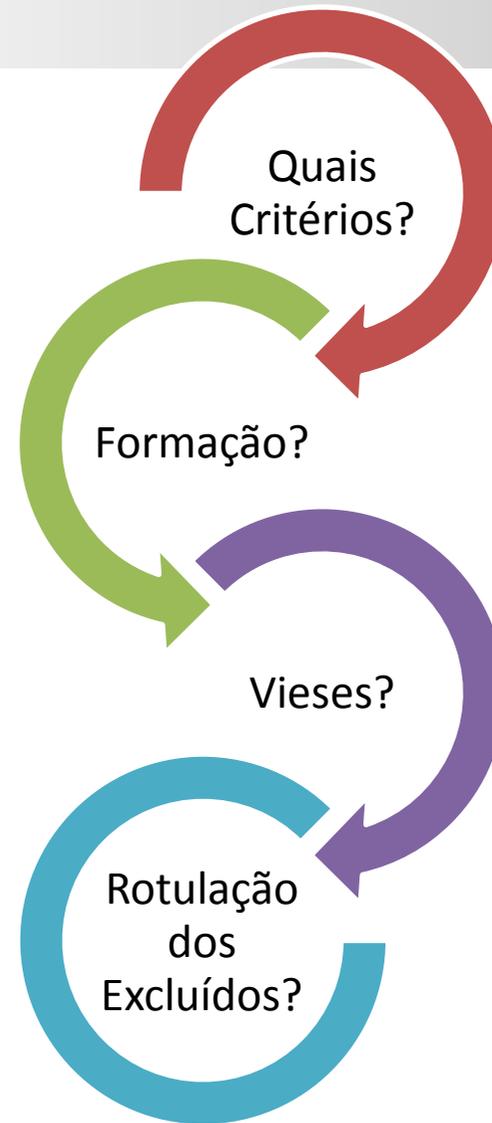
CID 10 - codificação de doenças e outros problemas relacionados à saúde que só profissional da área médica pode fazer.

## IDENTIFICAÇÃO DO ALUNADO/CONSEQUENCIAS

5. Em geral as famílias não são consultadas ou informadas (principalmente no caso de DI)

6. Alunos com **SD/ AH** não são identificados - referências a falta de conhecimentos e procedimentos

# Identificação e Avaliação do PAEE conclusões



## III. C. Avaliação do pae/PLANEJAMENTO

1. Planejamento: PAEE ou PDI (centrado no fazer do professor na SRM com o aluno e não no processo de escolarização)

2. **PEI** não tem caráter obrigatório, possivelmente por isso é pouco e mal realizado

3. Processos de escolarização divorciados – CC e AEE

4. Dificuldade de planejar e monitorar o processo de acompanhamento do **percurso de escolarização** do aluno da PAEE

# Avaliação do PAE- Planejamento

2 - Avaliação para planejamento do ensino dos alunos PAEE



Quais conteúdos?



Casos específicos: Espírito Santo, Santa Catarina



# FUNÇÃO DO PEI

CURRICULO DE BASE COMUM

CURRICULO DA ESCOLA

CURRICULO DA SÉRIE OU CICLO

PEI

plano escrito, uma espécie de contrato, que descreve o programa educacional em termos de

- A) Os serviços demandados por um estudante em particular
- B) As acomodações individualizadas (necessárias para ajudar o estudante a alcançar expectativas de aprendizagem, levando-se em consideração as necessidades do aluno e o currículo padrão e a identificação de metas alternativas nas áreas de programas, caso seja necessário)
- C) registro dos conhecimentos e habilidades específicas do aluno e que permite identificar o repertório de partida, acompanhar a evolução em direção às metas e traçar novos caminhos, se determinado programa não estiver permitindo atingir as metas estabelecidas para o estudante.
- D) Instrumento que permite prestar contas desse aluno para todos que têm responsabilidades sobre ele permitindo que os objetivos da educação sejam cumpridos.

# III.d. Avaliação do PAEE- aprendizagem

Avaliação do desempenho acadêmico dos alunos PAEE

Avaliação

## AVALIAÇÃO CONTÍNUA

- a) Plano Educacional
- b) Observação das Atividades nas SRM
- c) Observação das Atividades na Classe Comum
- d) Relatório do Professor Regente



# Avaliação do pae/aprendizagem

- Diretrizes diversas quanto a possibilidade de **ADAPTAÇÃO NAS AVALIAÇÕES**.
- Avaliação predominantemente **QUALITATIVA** com dossiês e portfólios- inconclusivas.
- **AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA**
  - Diretrizes diversas- receio de que alunos PAEE rebaixem os escores das escolas que poderão ser punidas se adotarem práticas inclusivas (ex: prova Brasil)
  - Em algumas escolas a participação obrigatória enquanto que em outras eles são “convidados” a ficar em casa em dias de prova
- **PROVAS** – diretrizes diversificadas numa mesma rede
  - OU são desobrigados,
  - OU fazem e recebem um conceito pró-forma,
  - OU fazem e recebem um conceito baseado na evolução do próprio desempenho
  - OU fazem e recebem um conceito baseado no desempenho da classe
- **PROMOÇÃO/ RETENÇÃO** - Decisão da escola com critérios variáveis para reter ou promover- as vezes com opiniões conflitantes família x escola
  - a) Dificuldades em atribuir notas ou conceitos
  - b) Baseada em Relatórios
  - c) Nota Mínima e laudo como garantia de aprovação automática
  - d) Conselhos para decidir cada caso

## III. E. FORMAÇÃO DE EDUCADORES

- Há queixas das redes de **falta de professores especializados**.
- Há pessoal **sem formação docente** assumindo SRM (psicólogo, filósofo, geógrafo, etc.)
- Em contexto onde havia cursos de **pedagogia com habilitação em EE** os professores são especializados mas com a aposentadoria eles **não serão substituídos no futuro**;
- No geral são **professores licenciados que fazem cursos de especialização** (presencial ou a distância ) que assumem as SRM;
- Especialização majoritária é **PSICOPEDAGOGIA E EDUCAÇÃO ESPECIAL**
- Há queixas generalizadas de **FALTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DO ENSINO COMUM** (cursos de licenciaturas pouco mudaram pra atender a perspectiva da educação inclusiva)
- Há queixas de **FALTA DE FORMAÇÃO PARA ATENDER TODO O ESPECTRO DA PAEE** e altas demandas por formação em conteúdos específicos (braille, libras, TA, etc.)

# NO BRASIL – HÁ CERCA DE **54 MIL** **PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**

## **OPORTUNIDADES DE FORMAÇÃO ATUAL EM EE NO BRASIL**

- 2 CURSOS DE LICENCIATURA EM EE (UFSCAR E UFSM) EM TODO O PAÍS
  - POSSIBILIDADE MAJORITÁRIA- cursos de extensão e de especialização (curta duração e a maioria em IFES privadas)
- ÊNFASE DO MEC - cursos a distância para formar professores de EE**

**Contexto : precarização, aligeiramento, no qual as necessidades emergenciais se tornam permanentes**

**RESULTADO- Professores de EE- amadores e autodidatas**

**“Quem não sabe o que fazer ama até doer”**

# Professores de ee– QUAL FORMAÇÃO?

- **FORMAÇÃO REQUER BOA BASE DOCENTE (IDÉIA DE QUE QUALQUER PROFESSOR PROFESSOR COM BOA FORMAÇÃO PODE RESPONDER AS NECESSIDADES EDUCACIONAIS DE QUALQUER ALUNO)**



- **FORMAÇÃO REQUER BOA BASE DOCENTE ACRESCIDA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA NA ÁREA (IDÉIA DE QUE PROFESSOR DE EE DEVE SER ANTES DE TUDO UM PROFESSOR – LICENCIADO- QUE DEPOIS DEVE RECEBER FORMAÇÃO CONTINUADA ESPECÍFICA)**



**FORMAÇÃO ESPECIALIZADA** DEVE ACONTECER DESDE A FORMAÇÃO INICIAL E VAI REQUERER AINDA FORMAÇÃO CONTINUADA (IDÉIA DE QUE A FORMAÇÃO É COMPLEXA E DISTINTA DA FORMAÇÃO GERAL)

# Formação de Professores e Atuação nas SRM



Definição de papéis dos E

- Experiência no trabalho em SRM ainda limitada;
- Proposta da SRM implicou na necessidade de reconversão de papéis e funções;
- modelo antigo de formação já não serve ao mesmo tempo em que o novo ainda está por se definir.

IMPRECISÃO  
assumem posições  
diferenciadas

DESCONSIDERAÇÃO  
Nos Espaços  
Escolares e com  
Profissionais da  
Saúde

PAPEL  
ADMINISTRATIVO  
Considerados como  
Gestores de Recursos  
e Planejamento



Aprofundamento em áreas específicas com práticas pedagógicas e utilização de recursos

Espaços para momentos de discussão e de estudos, com oportunidades sistematizadas de compartilhamento das boas práticas

Formação que favoreça o trabalho colaborativo com os professores da SRM de sala de aula regular;

Cursos de formação em parceria com secretarias de educação e universidades.

Programas de sensibilização da comunidade escolar sobre os direitos das pessoas com deficiência, inclusive o direito de estar na escola.

# Formação de Professores e Atuação nas SRM



Condições de Trabalho

Contratados temporariamente e por tempo parcial: instabilidade

Assunção por falta de opção => Possibilidade de falta de afinidade

Falta de identidade com o trabalho na SRM gera rotatividade de professores no AEE

Descontinuidade por novas gestões dos Governos

Falta de Infra-Estrutura

*“a sala é multifuncional, mas o professor não é”*  
(Professora SRM)

Parecem considerar que essa situação transitória, decorrente da transição na política, e assumem pra si a responsabilidade pela falta de formação. Eles consideram que, com o passar do tempo, isso se resolverá se acumularem mais experiência e os cursos que necessitam.



## III.F. Organização e Funcionamento

### NÚMERO DE ALUNOS

- Individualmente
- Dupla
- **Grupo (casos de 23 alunos)**

### FREQUÊNCIA

- Definido pela professora da SRM
- De 1 a 5 vezes / semana.
- **2 vezes por semana**

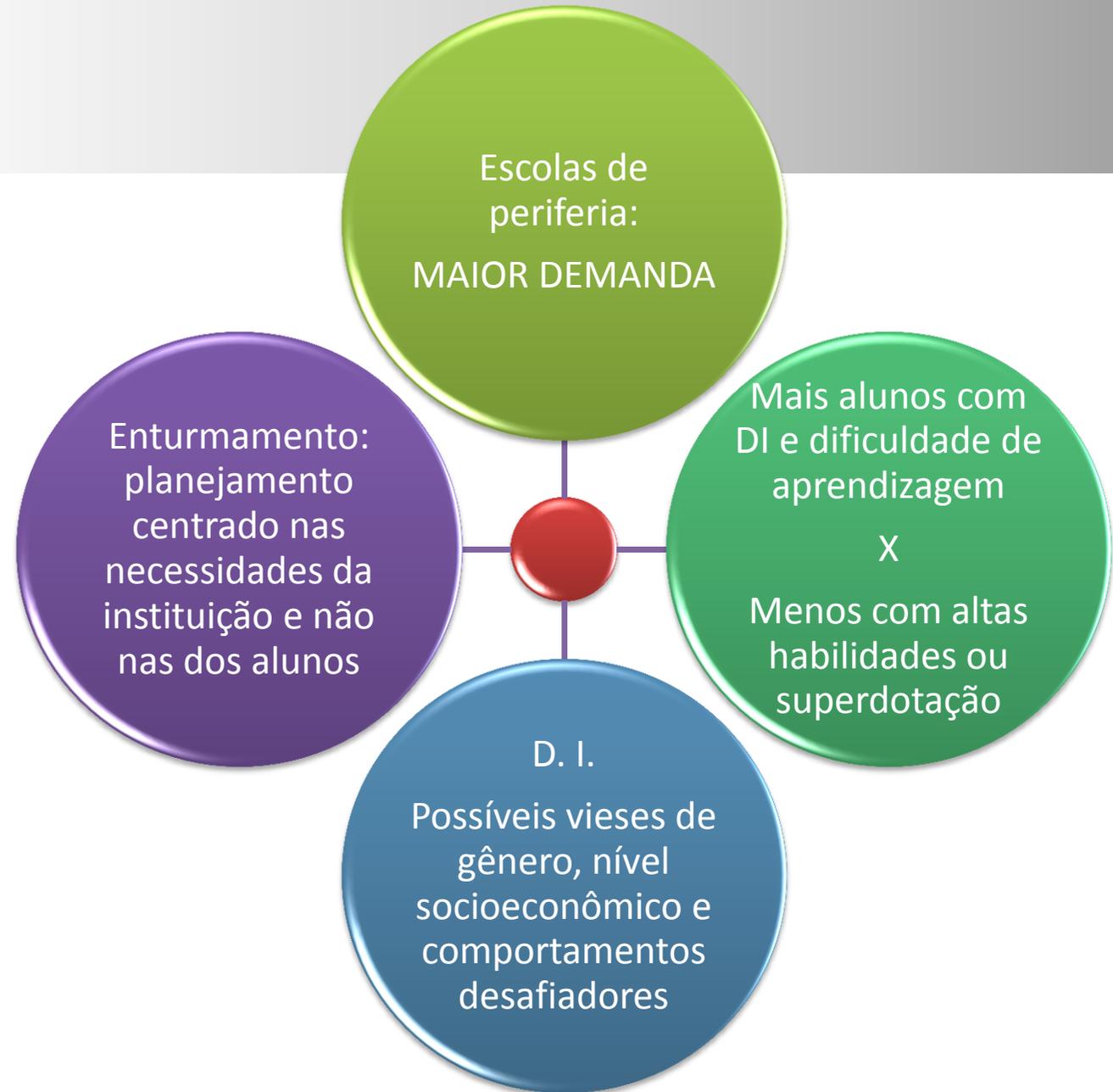
### DURAÇÃO

- Variável
- **50 minutos (1h/aula)**

### TURNOS

- **Contra-turno**
- Quando inviável, retira-se da classe (alunos de zona rural; escolas de tempo integral; incompatibilidade de horários da família levá-los ao AEE; problemas de comportamento).

# Organização e Funcionamento



# Organização e Funcionamento



## Alternativas Identificadas

Para prover escolarização integral ou para receber apenas o AEE, sobretudo de alunos com D. I.

## Instituições Especializadas

Número insuficiente de alunos para implantação de SRM;

Falta de espaço físico para a implantação das SRM;

Apoio do professor especializado centrado na classe comum.

## Serviço Itinerante

Com ou sem apoio na SRM no contraturno.

## Ensino Colaborativo

*Quando esses alunos são distribuídos em várias escolas aumenta a demanda por formação e de recursos materiais, dificultando a garantia de qualidade no atendimento.*

*Invisibilidade de alunos com super dotação/altas habilidades: número de alunos é baixo ou inexistente, e em geral eles não tem freqüentando nenhum tipo de apoio.*



# Organização e Funcionamento



Infra-Estrutura



# Organização e Funcionamento



Planejamento

Ausência de compartilhamento na elaboração e discussões

Disponibilidade de horários X Perfil e Motivação do Professor

Predominantemente pelo Professor da SRM (de forma isolada)

Dificuldades quando o número de professores aumenta (Ens. Fund. II e Ens. Médio)

Dificuldades de articulação com a comunidade escolar, famílias e serviços

Falta Compartilhamento de Responsabilidades – Professor Sobrecarregado

Fala de comprometimento dos responsáveis legais e desvalorização do AEE na SRM

Faltas Frequentes e Descontinuidade no Processo Pedagógico

Planejamento Categórico (dependência do terceiro setor)



# Organização e Funcionamento

- **CONCEPÇÃO DO AEE**

indefinições nas diretrizes- definição pela negativa ou exclusão (não é reforço)

- Falta relação entre **AEE e currículo da classe comum**

- Diferentes interpretações pelos professores de AEE quanto aos conceitos de **COMPLEMENTAÇÃO, SUPLEMENTAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO**

# Organização e Funcionamento



Execução

1 - A.V.D. e Currículo Funcional (para independência do aluno)

2 - Ensino no uso de recursos (currículo é responsabilidade do professor regente)

3 - Atividades Lúdicas (autoestima e motivação)

4 - Atividades PREPARATÓRIAS para alfabetização (a responsabilidade é do professor regente)

5 - Alfabetização e Letramento para acesso ao currículo

6 - Reforço pedagógico (português e matemática)

7 - Ensino diferenciado com atividades alternativas baseadas no conteúdo escolar



- Muitas **variações locais em termos de espaço / tempo na classe comum e na SRM** para além da oferta no contraturno;
- Dificuldades tem levado algumas redes a **criar outros tipos de suportes/redes. Ex.:**
  - Escolas polos ou de referência,
  - convênios com instituições para oferta do AEE,
  - implantação de centros especializados vinculados a secretaria municipal,
  - coensino,
  - consultoria colaborativa,
  - provisão de pessoal de apoio na classe comum

# Organização e Funcionamento

## Alternativas adotadas por Gestores e Professores



Salas de recursos categoriais;

Encaminhamento para professores com experiência na categoria;

Escolas-pólo, por categoria;

Criação ou manutenção das classes especiais categoriais;

Implantação de serviços itinerantes;

Encaminhamento para o AEE em instituição especializada

Atendimento exclusivo ou majoritário nas SRM, com jornada reduzida, sem frequência em classe comum



# Pesquisas em Andamento

- Análise de Dados Textuais - Atlas T. I.
- Ontologia

- Sentos e Dissensos sobre Educação Inclusiva / Inclusão Escolar

- Rede Social de Professores Especializados

# CONCLUSÕES - REDE

O Projeto Oneesp tem permitido:

1. Coletar e sistematizar informações municipais que subsidiem tomadas de decisões para as políticas de inclusão escolar locais;
2. Ampliar o impacto do conhecimento científico na definição das políticas de inclusão escolar nos municípios, nos estados e no país;
3. Fortalecer a produção científica nacional na área de Educação Especial por meio da rede de cooperação técnica-científica entre pesquisadores;
4. Prover a oportunidade de intercâmbio e formação entre os integrantes dos grupos de pesquisa das universidades envolvidas
5. Prover formação continuada para professores especializados que atuam em salas de recursos de escolas públicas.

# CONCLUSÕES- política de ie dos municípios

- Ball (1994, 1998b) critica a teoria que o Estado define linearmente as políticas educacionais;
- As políticas educacionais lançadas pelos implementadores são continuamente interpretadas e reinterpretadas (em vários níveis- no contexto dos estados, municípios, escolas e salas de aulas).
- CICLO POLÍTICO- configuração como um processo histórico, dialógico, conflituoso e plural

Ball (2006, p. 26)

*As políticas normalmente não nos dizem o que fazer, elas criam circunstâncias nas quais o espectro de opções disponíveis sobre o que fazer é reduzido ou modificado ou nas quais metas particulares ou efeitos são estabelecidos*

**•BOAS PRÁTICAS ACONTECEM ONDE HÁ BOA VONTADE POLÍTICA, REINVENÇÃO DA POLITICA FEDERAL NO CONTEXTO LOCAL E ESFORÇO NO SENTIDO DE INVESTIR PARA CONSTRUIR UMA REDE CADA VEZ MAIS COMPLEXA DE SUPORTES À ESCOLARIZAÇÃO DO PAEE NAS ESCOLAS COMUNS.**

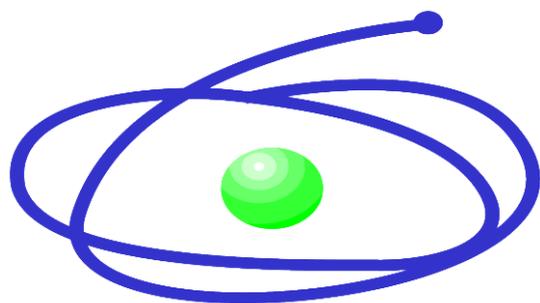


# OBRIGADA

one.especial@gmail.com

<http://www.oneesp.ufscar.br>

APOIO



C A P E S

